

A.:G.:D.:G.:A.:D.:U.:

A.:R.:L.:S.: Solidariedade e Progresso - N° 3078

A Maçonaria na História do Brasil,
a visão de Tito Lívio Ferreira



Ir.: Basilio Thomé de Freitas Junior M.:M.:

CIM: 210887 G.:O.:B.:

Grau: Aprendiz

***Quem não conhece seu
passado, não entende
seu presente e não
vislumbrará o seu
futuro.***

BIBLIOGRAFIA

1- A Maçonaria na Independência Brasileira

Tito Lívio Ferreira, Manoel Rodrigues Ferreira
– Gráfica Bibblos Ltda. 2ª Edição - 1972.

2- A Maçonaria na Evolução da Humanidade

Felipe Cocuzza – Ed. Ícone - 1994.

3- O Governo Secreto

Jim Marrs – Ed. Madras- 2005

Esta mensagem que encerra de forma justa e perfeita a primeira instrução de Aprendiz, sintetiza a importância da ciência que explica as demais: a História. Justifica também o fato do tema: “A Maçonaria na História do Brasil” ser tão fartamente pesquisado no seio de nossa ordem. Entre os autores que se dedicaram mais profundamente a este estudo, destacamos o Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira, reconhecido como referência sobre o assunto.

O foco deste trabalho não estará apenas na História, mas também em um historiador e maçom, um cientista, considerado por muitos estudiosos o maior pesquisador da História do Brasil, pesquisas que o levaram a conceber teses polemicas e interpretações um tanto diversas das tradicionalmente aceitas. Muitas de suas ousadas revelações e corajosas conclusões são discutidas apenas em restritos círculos acadêmicos, pouco acessíveis ao grande público. Não obstante, algumas tiveram maior repercussão, como as contidas no trabalho que devolveu a Nóbrega o seu lugar como fundador de São Paulo, nele encontramos uma afirmação do historiador que bem demonstra sua personalidade: *"Na fundação de São Paulo, pois, Anchieta foi um ajudante que obedecia às ordens de Nóbrega. Há os sentimentalistas, que vêem em Anchieta um santo e que gostariam de tê-lo como fundador de São Paulo. Essa, porém, é outra História, que nada tem a ver com a História"*.



Tito Lívio Ferreira teve uma longa vida, toda ela dedicada à História e à Cultura, razão pela qual transcrevemos a seguir um resumo biográfico: Nasceu em Itapuí-SP, (antiga Bica da Pedra) em 4 de junho de 1894 e faleceu em São Paulo, capital, em 15 de dezembro de 1988, com 94 anos. Coursou a escola Normal no Instituto de Educação Carlos Gomes em Campinas. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Fluminense.

Foi professor dos três níveis. Lecionou francês no Ginásio Ipiranga, professor de História Antiga, Medieval e das Américas na PUC-SP. Ministrou Curso de Extensão Universitária na PUC de Porto Alegre-RS em 1962, sobre História de Portugal. Foi um dos fundadores do Centro do Professorado Paulista. Colaborou durante trinta anos, regularmente em vários jornais paulistas, entre os quais A Gazeta e o Estado de São Paulo.

Foi titular da cadeira nº 11 da Academia Paulista de Letras, diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundador da Academia Paulistana da História e Historiografo-Chefe da seção técnico científica do Museu Paulista. Pertenceu ao Instituto de Coimbra, a Sociedade de Geografia de Lisboa. Recebeu a condecoração de São Tiago da Espada do Governo Português e a Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga do Governo do Estado de São Paulo.

Escreveu muito, três livros didáticos de francês e vários de História com destaque para: Gênese Social da Gente Bandeirante; O abasileiramento do Brasileiro; Padre Manoel de Nóbrega, Fundador de São Paulo; História de São Paulo; História da Educação Luso-

Brasileira; História da Civilização Brasileira; Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga; Técnica da Pesquisa Histórica; O Idioma Oficial do Brasil é o Português; A Ordem de Cristo e o Brasil; Portugal no Brasil e no Mundo, Lenda e Mito.

O livro “A Maçonaria na Independência Brasileira”, em co-autoria com seu irmão Manoel Rodrigues Ferreira, apresenta uma impressionante coletânea de documentos, base de onde os autores estabeleceram muitas de suas controversas teses aqui apresentadas.

Para Tito Livio Ferreira um pré-requisito para compreendermos a História do Brasil é conhecer mais profundamente a História de Portugal, a qual singular no concerto das nações européias (primeira nação constituída da Europa - 1385), explica a História do Brasil, igualmente singular no âmbito das Américas.

Assim, retrocederemos até quando o Condado Portucalense foi presenteado por Leon e Castela a Henrique de Bourbon, um príncipe dos Capeto, por seu casamento com a princesa castelhana Dna. Tereza. Após a morte de D. Henrique, seu filho Afonso Henriques procura tornar-se independente da influencia castelhana e para isto conta com o apoio do grande contingente templário baseado em Portugal. Esta ligação com os Templários influenciará fortemente na formação do futuro Reino e seu destino.

Tito Lívio Ferreira destaca que já na crista da Idade Media a Lusitânia começa a reorganizar o Município Romano, sob o nome de Conselhos, que surgem como grêmios defensores das liberdades e direitos do povo, agrupando os poderes judiciário, legislativo e executivo, exercidos pelos boni-hominis eleitos pelo povo. Assim, na monarquia antiga criada por Afonso Henriques (D.Afonso I) em 1140, foi o Rei aclamado por seus vassalos. Daí considerar-se que o poder residia na Nação, que o delegava ao soberano, que caso fosse contra as leis estatutárias e violasse os costumes do Reino podia ser deposto. Em 1254 nas cortes de Leiria, ao lado do Rei, no Conselho de sua majestade figuram os representantes do povo pela primeira vez na Europa.

Portanto a tradição é observada quando a 22/1/1532, Martim Afonso de Sousa preside a 1ª eleição livre e popular realizada nas Américas ao instalar a Câmara de Vereadores de São Vicente. Cabe salientar que enquanto não houve eleições nas Américas inglesa e espanhola até a data da independência desses povos, no Brasil, desde então as eleições populares eram feitas anualmente de acordo com a lei eleitoral capitulada nas Ordenações do Reino.

Quando a Ordem dos Templários é extinta pelo Papa Clemente V em 1312, o então Rei de Portugal D. Diniz, cria a Ordem de Cristo para abrigar seus membros. Embora este seja um duro golpe para Portugal que tinha nos Templários poderosos aliados contra as pretensões espanholas de conquista, este fato suscita a decisão do Rei de promover as navegações com objetivos de expansão comercial e territorial. Tal intento contaria certamente com o conhecimento e posses templárias. D. Diniz não viveria para ver cumpridos os seus planos, mas faz seus filhos jurarem em seu leito de morte que não os abandonariam, pois não visavam simplesmente poder e riqueza, mas a sobrevivência da Nação Portuguesa.

Efetivamente a saga dos descobrimentos e conseqüente expansão portuguesa principiam em 1415, após a batalha de Ceuta, quando o Infante D. Henrique cria em Lagos, no Algarve, a Escola Naval de Sagres, a 1ª Escola Náutica do Mundo. Em 1418 ele é nomeado pelo Papa Martinho V, Administrador Apostólico da Ordem Militar da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Ordem de Cristo. As Bulas papais de 1418, 1431, 1447, 1452, e 1454, estipulam que todas as terras descobertas pelo Infante D. Henrique pertençam à Milícia e Ordem de Cristo pelos tempos futuros perpétuos. Assim sendo, a 22/4/1500, Pedro Álvares Cabral incorpora ao patrimônio da Ordem de Cristo a terra de Vera Cruz, depois Província de Santa Cruz, ou seja, o Brasil não pertencia a Portugal nem a Coroa Portuguesa, mas era patrimônio da Ordem de Cristo e governado pela Monarquia Portuguesa.

Três séculos depois D. João VI, (1767-1826), da Dinastia Bragança, 27º Rei de Portugal, em seu tempo considerado um grande estadista pela visão globalizante, soube

entender / valorizar / organizar o tremendo potencial de sua possessão ultramarina, e a 16/12/1815 estabelece o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e cria a primeira Comunidade Global formada pela Monarquia Portuguesa (que serviu de modelo para o Reino Unido da Grã Bretanha criado meio século depois, em 1867), unindo todos os súditos portugueses em um Império duas vezes maior que o Romano, pois abrangia o Reino de Portugal, o Reino do Brasil, Ilhas Atlânticas, Angola, Guiné, Moçambique, (províncias africanas), Goa e Macau, (províncias asiáticas), e Timor na Oceania, constituído por 10 raças: Lusitanos, Celtas, Iberos, Gregos, Fenícios, Cartagineses (norte da África), Romanos, Alemães Visigodos, Árabes e Normandos, o 1º com abrangência planetária, coeso em suas mesmas leis únicas, as Ordenações do Reino, seus mesmos direitos, suas mesmas prerrogativas e sua mesma língua, sendo todos portugueses pelo sangue (*jus sanguini*) e pelo solo (*jus soli*). O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tinha sede no Rio de Janeiro onde desde 1808 residia a família Real.

Embora a transferência da sede da coroa tenha se precipitado face às guerras Napoleônicas, cabe observar que haviam sido criadas condições para tal. Esta transferência foi cogitado em varias ocasiões desde meados do século XVI (nota 5), e desde então se procurou estabelecer no Brasil uma extensão do Reino Português. Com Tomé de Sousa chegam os primeiros funcionários públicos, enviados por D.João III (1502-1557, 15º Rei de Portugal), e com eles o Padre Manoel da Nóbrega, 1º secretário da Educação do Estado do Brasil, criando em 1549 o ensino público gratuito, com professores jesuítas pagos pela Monarquia Portuguesa que lecionavam segundo os Currículos da Universidade de Coimbra.

Em suma, baseado nestes e muitos outros fatos documentados, é que surge a mais controversa afirmação de Tito Lívio Ferreira: “*o Brasil nunca foi colônia*”.

Segundo Tito Lívio Ferreira, não existia um estatuto que colocasse o Brasil em posição de inferioridade jurídica e informa: “*Somos nós, brasileiros, Província de Santa Cruz de 1500 a 1548, Estado do Brasil de 1549 a 1643, Principado do Brasil de 1643 a 1720, Vice-Reino de 1720 a 1815, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1815 a 1822, Império do Brasil de 1822 a 1889, República do Brasil a partir de 1889*”. Desde 1608 o Conselho da Índia, mais tarde Conselho Ultramarino, com sede em Portugal, já declarara: Tão Português é o que nasce e vive em Goa, Brasil, Angola, como o que vive e nasce em Lisboa. Criadas aí as Ordenações do Reino, estas continuaram vigorando no Brasil até após a proclamação da Republica com a promulgação do Código Civil em 1917 (código Clovis Bevilacqua).

Naturalmente não faltam críticas a esta tese. Contudo observa-se que grande parte dos que discordam, o fazem com argumentos de ordem semântica ou sociológica. A estes responde Tito Lívio Ferreira: “*a História não é serva de nenhuma outra ciência, muito menos das ciências sociais, que nunca tiveram caráter definitivo...A História política e História das instituições, é uma ciência independente, baseada em documentos deixados por uma sociedade inteiramente diferente da nossa. E por termo-nos perdido até hoje nessa teia de considerações biológicas e sociológicas, criou-se a imagem de um povo – o brasileiro em oposição a outro povo – o português...mais a submissão do Brasil a Portugal como duas entidades diferentes...Esta ultima deformação da verdade e da linguagem histórica era mais uma consequência da fantasia representada por uma ficção chamar o Brasil de colônia. Essa História do Brasil, ingênua e simplista, deu origem a outra fantasia dos Historiadores, ao procurarem as causas da separação do Reino do Brasil do Reino de Portugal no nativismo*”.

Tito Lívio Ferreira não tem duvidas em apontar as idéias Iluministas, raízes do liberalismo luso-brasileiro como a verdadeira causa dos movimentos revolucionários que culminaram na Independência e na Republica, tendo a Maçonaria como seu principal agente. Idéias Iluministas que em um primeiro momento contribuiu para a liberalização do processo político em muitos Países onde despontaram os “déspotas esclarecidos”, mas depois, pela

influência dos Illuminati ou Iluminados da Baviera estes movimentos reformistas adquiriram um caráter revolucionário.

Illuminati era uma sociedade secreta fundada em 1 de maio de 1776, liderada por um ex-jesuíta, Adan Weishaupt, professor de Direito Canônico na Universidade de Ingolstadt. Weishaupt aproximou-se da Maçonaria por intermédio do maçom alemão barão Adolf Von Knigge. Esta relação acarretou uma enorme expansão dos Illuminati, e Weishaupt já em 1782 acalentava a idéia de impor seu controle sobre toda a Maçonaria. Isto levou Von Knigge a desvincular-se dos Illuminati e a um distanciamento entre os Illuminati e a Maçonaria.

A influência Illuminati já era então especialmente importante na Maçonaria Jacobita da França que absorve muito de seu pensamento político e filosófico. Depois irá influenciar os Jacobitas norte-americanos na adoção do regime Republicano, eles que até a Revolução Francesa em varias oportunidades ofereceram a coroa dos Estados Unidos tanto ao herdeiro Stuart no exílio como também a Washington.

Tito Livio Ferreira destaca as duas linhas maçônicas que então se desenvolvem denominando-as Maçonaria Azul e Maçonaria Vermelha. Em síntese a Maçonaria Azul capitaneada pela Grande Loja da Inglaterra, é reformista, defende as ideais de John Locke sintetizadas na monarquia constitucional e parlamento emanado do povo. Por sua vez a Maçonaria Vermelha encabeçada pelos Jacobitas franceses e norte-americanos, defendiam as idéias de Rosseau, sintetizadas na Republica, adotando a pratica revolucionaria. Assim como a Revolução Francesa, a Inconfidência Mineira que ocorrera poucos anos antes é segundo Tito Livio Ferreira um movimento de inspiração absolutamente maçônica e iluminista, e onde a disputa entre Maçonaria Vermelha e Azul já se manifestava. Os inconfidentes muito aquém de conspirarem pela Independência do Brasil buscavam implementar a Republica em Minas Gerais. Eram maçons todos os conspiradores e muitos de seus adversários, como Joaquim Silvério dos Reis cuja pecha de traidor é questionada por Tito Livio Ferreira no contesto da disputa entre a Maçonaria Vermelha e Azul, e que embora franca não comprometia a noção de fraternidade. É notório que os conspiradores mesmo culpados por crime de Lesa Majestade foram tratados de forma branda para a época, sendo condenado à forca unicamente Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) que constou nos autos do inquérito como líder do movimento, posição alias bastante questionada. Questiona-se inclusive ter sido Tiradentes realmente enforcado. Em seu livro Lenda e Mito, Tito Livio Ferreira relata que Martim Francisco (irmão de José Bonifácio) afirmava que não fora Tiradentes quem morrera enforcado, mas outra pessoa, e que, após o esquartejamento do cadáver, desapareceram com a cabeça, para que não se pudesse identificá-lo. Recentemente o historiador Marcos Antônio Correa defendeu que Tiradentes, preso em maio de 1789, não morreu enforcado em 21 de abril de 1792. A alegação decorre da observação de uma lista de presença da Assembléia Nacional francesa de 1793, onde consta a assinatura de um tal Joaquim José da Silva Xavier, cujo estudo grafotécnico concluiu que pertencia a Tiradentes. Segundo Correa, um ladrão condenado morreu no lugar de Tiradentes, em troca de ajuda financeira à sua família, oferecida pela Maçonaria. Testemunhas da morte de Tiradentes estranharam o fato do executado aparentar menos de 45 anos. Sustenta Correa que Tiradentes teria sido salvo pelo poeta Cruz e Silva (maçom, amigo dos inconfidentes e um dos juizes da Devassa) e embarcado incógnito para Lisboa em agosto de 1792.

Questiona-se a atuação da Maçonaria no Brasil antes de 1801, quando foi fundada a Loja Simbólica “Reunião” filiada ao Grande Oriente da França, Tito Livio Ferreira não compartilhava a posição de muitos autores que negam haver evidencias desta atuação. Não faltam relatos de época que corroboram com sua existência, embora provas materiais sejam raras, até porque atuava secretamente, objeto alias, do alvará de D.João VI de 30 de marco de 1818 que determinava as penalidades para aqueles que neste meio lutavam pelo liberalismo.

A 24 de Agosto de 1820 a revolução liberal no Porto completada no Brasil a 26 de Fevereiro de 1821, determina a queda da monarquia absolutista. Antes secreta, não tardou para a Maçonaria torna-se manifesta, apresentado as suas matizes, Vermelha (republicana) e Azul (monarquia parlamentar). Textualmente afirmam os irmãos Ferreira: *Enquanto viviam na clandestinidade estas duas ordens maçônicas eram uma só, pois o seu inimigo comum era o absolutismo. Mas com a queda do absolutismo, cada ordem maçônica queria estabelecer o Novo Regime, segundo suas teorias políticas...Em nenhum país do mundo essa luta apresentou caracteres tão marcantes, como em Portugal e Brasil.*

No Rio de Janeiro a Maçonaria Vermelha e Azul se institucionalizaram respectivamente com a fundação do Grande Oriente do Brasil, encabeçado por Gonçalves Ledo a 28 de Maio de 1822 (nota 1 e 2), e do Apostolado liderado por José Bonifácio a 2 de Junho.

Neste instante as Cortes de Lisboa dominadas pela Maçonaria Vermelha estavam em sintonia com as lideranças das Províncias do norte do Brasil onde esta também predominava. Já nas províncias do Sul especialmente em São Paulo a Maçonaria Azul prevalecia. Embora estes grupos tenham objetivos bastante diversos e notório que muitos de seus membros sejam comuns. Ledo também era filiado ao Apostolado e José Bonifácio era formalmente o Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil. Também D. Pedro I seria filiado a ambas tornando-se Grão Mestre do Grande oriente e Arconte Rei do Apostolado.

Segundo Tito Livio Ferreira a disputa entre estes grupos além de criar os partidos políticos em termos nacionais (liberal e conservador), determinaram a Independência do Brasil e afirma: *“Costuma-se dizer de maneira vaga, que a Maçonaria tomou parte da Independência do Brasil, ou então, terem alguns membros da Maçonaria participado da Independência. Tal não é verdade. A verdade é esta: a Maçonaria, e ela unicamente fez a Independência do Brasil”.*

Dom João VI coagido a voltar para Portugal torna-se um refém das Cortes que na impossibilidade de impor a Republica cria um simulacro desta. Enquanto a revolução liberal foi grandemente comemorada pelos povos dos dois lados do Atlântico, a perspectiva da Republica era largamente repudiada.

A permanência de D. Pedro no Brasil representava um serio risco as pretensões da Maçonaria Vermelha (como os acontecimentos futuros iriam confirmar) que fez enorme pressão pelo seu retorno a Portugal, o que fatalmente acarretaria na Republica. Por sua vez a Maçonaria Azul procurava evitar que isto ocorresse buscando emancipar D. Pedro da tutela das Cortes e da influencia da Maçonaria Vermelha concentrada no Grande Oriente do Brasil. A primeira grande derrota da Maçonaria Vermelha seria o Fico (9/01/1822), que obrigou a uma mudança de estratégia, ou seja, a exemplo de Portugal procurar implantar um simulacro de Republica constringendo D. Pedro (este evento precipitou a criação do no Grande Oriente do Brasil). Já a estratégia do Apostolado consistia em convencer a opinião publica de que as Cortes em Portugal desejam retornar o Brasil à condição de colônia e assim justificar o descumprimento de suas deliberações por parte de D. Pedro.

Mas voltar a ser colônia, um status que o Pais nunca teve segundo Tito Livio Ferreira? A polemica tem inicio em 1812 com a publicação em Londres de uma História do Brasil pelo poeta inglês Robert Southey, que a escrevera sem nunca ter saído da Inglaterra, mas mandando buscar em Portugal grande quantidade de documentos antigos. Nestes, onde lia Estado do Brasil, ele traduzia por Colônia, onde estava escrito povoadores, traduzia colonos e assim sucessivamente. Agia assim por conhecer somente a política da Inglaterra em relação as suas 13 colônias. Antes desta obra não há registros de referência ao Brasil como colônia no sentido de inferioridade política.

O fato interessante é que enquanto José Bonifácio, monarquista e contrario a separação política de Brasil e Portugal, pregava a condição de ex-colônia para justificar a tese de

recolonização por parte das Cortes, Gonçalves Ledo, favorável ao desmembramento com república e aliado daqueles que dominavam as Cortes, afirmava que isto não ocorreria.

A estratégia adotada por estes personagens certamente causaram grande confusão na mente de muitos Historiadores menos afeitos aos aspectos das sociedades secretas e até mesmo maçons que escreveram a respeito. Alias José Bonifácio qualificava Ledo e seu grupo de “duendes da política” pela desenvoltura com que mudavam de postura face aos acontecimentos políticos. Exemplar é o fato de após saudarem os decretos nº 124 e 125 (que certamente levariam a República) mudam de atitude ante a repercussão quanto ao movimento do Fico iniciado por José Bonifácio, chegando mesmo a conduzi-lo. Relevante é observar que esta luta configurou-se em um intrincado xadrez político e mais importante, sem nem de perto atingir o grau de violência e derramamento de sangue observado em processos revolucionários de outras nações.

Quando as ordens das Cortes exigindo que fossem cumpridos os decretos que determinavam que D. Pedro deixasse o Brasil chegam às mãos da Princesa Leopoldina ela juntamente com José Bonifácio as despacha agregando cartas aconselhando D. Pedro a declarar a Independência. Bonifácio exige que o mensageiro Paulo Bregaro o alcance ainda em São Paulo, reduto dos Andradas e da Maçonaria Azul. José Bonifácio pretende deixar claro ser esta uma iniciativa de seu grupo, o Apostolado (o brado de D. Pedro, Independência ou Morte é inclusive o nome de uma de suas Palestras), sendo fundamental excluir Gonçalves Ledo da cena. Este por sua vez informado do ocorrido, não se dá por vencido e convoca reunião do Grande Oriente sem a presença de José Bonifácio (estão Grão Mestre), onde também proclama a Independência a 12 de Setembro (20º dia do 6º mês – nota 3), agora sob os auspícios do Grande Oriente.

É importante salientar que o Grande Oriente procura ignorar e obscurecer o episódio de 7 de Setembro pela sua vinculação ao Apostolado. Isto é evidenciado no comportamento do Senado da Câmara que em um edital assinado pelo seu presidente José Clemente Pereira a respeito da aclamação de D. Pedro em 12 de Outubro como Imperador Constitucional do Brasil, esclarece quanto a manifestações: “*desejando acautelar que algum passo precipitado apresentasse com as cores de partido faccioso um Ato que a vontade de todo o Brasil requer...*” (II – 239). Afinal que partido faccioso seria este senão o Apostolado.

De qualquer forma, a decantada Independência não causou grande alvoroço como seria de se supor no caso de um País dominado ou ocupado por outro, até porque este clima não existia. É emblemático que o 7 de Setembro só passou a ser comemorado a partir de decreto assinado por D. Pedro II em 30 de novembro de 1853, até então a data nacional era 26 de Fevereiro, dia da implantação da monarquia constitucional no Brasil.

De fato, a Independência não foi do Brasil em relação a Portugal, mas de D. Pedro em relação as Cortes. Destaca-se sua primeira ação ao declarar a Independência, ordenando a guarda que os laços azul e branco impostos pelas Cortes fossem descartados, para retornar o verde da casa de Bragança ladeado depois pelo amarelo da casa de Lorena (casa paterna da Princesa Leopoldina, Habsburgo-Lorena). Também a data escolhida para a sagração do imperador é especialmente simbólica, pois a 1 de Dezembro se comemorava a restauração da Monarquia Portuguesa em 1640 (unida a Espanha desde 1580). Alias neste evento, representante de nenhuma República é convidado à exceção dos Estados Unidos que faz uma solicitação.

Após 12 de outubro a Maçonaria Vermelha intensifica seus esforços no sentido de anular o Apostolado e dominar o governo do Imperador. Isto resulta na reação de José Bonifácio iniciada em 20 de outubro, tomando providencias no sentido de apurar denúncias de que partidários de Ledo e Clemente Pereira pretendiam fazer um pronunciamento (23 de Outubro) depondo ministros que seriam substituídos pelos próprios.

Em 21 de outubro D. Pedro por meio de um bilhete enviado a Gonçalves Ledo determina que os trabalhos no Grande Oriente sejam suspensos, mas ouvindo os argumentos de seus membros torna sem efeito as providências de José Bonifácio. Este se sentindo desprestigiado pede demissão. No dia 28 de Outubro o Imperador assina decreto concedendo demissão a José Bonifácio e a todo o ministério.

O Apostolado reage e a 29 de outubro inicia um movimento para o retorno de José Bonifácio e Martin Francisco ao Ministério. Representações do Conselho de Procuradores das Províncias, da Tropa de do povo da Capital demonstram esta vontade e denunciam as pretensões republicanas. A 30 de outubro as representações são apresentadas no Senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com grande participação popular.

José Bonifácio e Martin Francisco são reintegrados em seus respectivos ministérios. Nesta data, à noite o Imperador vai ao teatro como costumeiramente acontecia quando havia grandes acontecimentos durante o dia, e onde tinha lugar a apoteose. E lá são distribuídas proclamações: uma anônima dirigida contra integrantes da Maçonaria Vermelha especialmente Gonçalves Ledo e outra do Imperador exaltando a confiança no ministério que acabara de nomear e prometendo castigar os inimigos do Brasil. Parecia vitorioso o Apostolado, o Grande Oriente estava fechado, Gonçalves Ledo foge para Buenos Aires e José Bonifácio inicia nova devassa implicando vários membros da Maçonaria Vermelha.

Mas nada ainda era definitivo, já a 5 de Maio de 1823 em sessão ordinária da Assembléia, tem início um movimento organizado pelos deputados ligados a Maçonaria Vermelha, para revogar o alvará contra as sociedades secretas, base então dos processos movidos contra os seus membros. Coube ao deputado pelo Ceara João Antonio Rodrigues de Carvalho, apresentar projeto de lei sobre a liberdade da Maçonaria e seus membros (lei aprovada em 4/9/1823 e sancionada pelo Imperador em 20 de Outubro de 1823).

José Bonifácio jamais desejou a separação dos Reinos do Brasil e Portugal, mas a sua estratégia da intriga quanto a recolonização resultou em grande desconfiança e uma certa xenofobia em relação aos brasileiros adotivos, especialmente aqueles que exerciam altos cargos. Isto foi enfraquecendo sua posição em relação ao Imperador que pretendia uma administração sem exclusões. Para piorar sua situação, vários implicados em inconfidência a partir de 30 de outubro foram inocentados e em 16 de julho, D. Pedro I assina decreto tornando sem efeito a segunda devassa.

Nada mais restava a José Bonifácio e Martin Francisco, senão solicitarem a demissão do Ministério. Mas diferente do que ocorrera a 29 de Outubro de 1822 quando o movimento do Apostolado reintegrava os Andrada, isto agora não ocorreria, pois imediatamente D. Pedro fechava o Apostolado alertado por uma carta anônima que uma conjuração era preparada. Estava então a Maçonaria Azul fora do governo. Os três Andradas passavam a partir de 16 de Julho de 1823 a oposição, e aí segundo Tito Livio Ferreira começaria de fato um movimento anti-portugues no Brasil.

Um acontecimento reforçaria ainda mais este movimento e a irreversível separação de Brasil e Portugal. Em 9 de Julho de 1823 ocorre a surpreendente restauração da Monarquia Absolutista em Portugal com a dissolução das Cortes. Embora D. João VI tenha proposto uma reconciliação e dado ordens ao Brigadeiro Madeira de suspender as hostilidades na Bahia e regressar com suas tropas para Portugal, novas intrigas minaram qualquer entendimento, como o discurso do deputado Antonio Carlos (irmão de Jose Bonifácio) na Assembléia, dizendo que “tinha noticias de tramas da Sana Aliança contra o Brasil”. As intrigas continuam e mais virulentas apos o surgimento dos jornais O Tamoio (dos Andradas) e o Sentinela que as disseminaram por todo o Império. O clímax é atingido, a 12 de novembro de 1823, quando o Imperador assina decreto dissolvendo a Assembléia Legislativa e Constituinte e, simultaneamente, convoca outra. Os irmãos Andrada são presos juntamente com outros integrantes da Maçonaria Azul como José Joaquim da Rocha, os irmãos Menezes Vasconcelos

de Drumond, Francisco Gomes Brandão, padre Belchior expatriados para a França. E muito provável que o navio que os levava para o exílio cruzasse com o navio que retornava com integrantes da Maçonaria Vermelha como José Clemente Pereira e outros.

No dia 25 de março de 1824, o Imperador outorga a Constituição mais liberal do seu tempo segundo alguns pensadores políticos como Guglielmo Ferrero. Não obstante a 2 de julho de 1824 estala em Pernambuco a Revolução Republicana denominada “Confederação do Equador”, desencadeada pela Maçonaria Vermelha e liderada por Pais de Andrade. As forças Imperiais derrotaram os revolucionários, Pais de Andrade conseguiu fugir, mas outros são presos, julgados e condenados à morte, entre eles Frei Caneca e alguns estrangeiros: Ratcliff (nota 4) (Português), Metrowich (Maltes) e James H. Rodgers (americano).

Acusado de absolutista, sem o apoio da Maçonaria Azul e com a Maçonaria Vermelha ainda ansiando pela república, torna-se impossível a D. Pedro I continuar reinando e a 7 de Abril de 1831 ele abdica em favor de seu filho e parte para a Europa, dando um exemplo a ser seguido na nossa História; para evitar que a Nação Brasileira caísse na anarquia e salvar o regime, renuncia com dignidade não só ao poder, mas a própria família. Deixando seu filho como sucessor e aos cuidados de José Bonifácio, a Maçonaria Azul respirava aliviada, e os vermelhos mais uma vez seriam frustrados. A propósito, com a partida de D. Pedro procede-se no Rio de Janeiro a reinstalação do Grande Oriente do Brasil, sob a presidência do Grão Mestre José Bonifácio de Andrade e Silva (23 de novembro de 1831).

No período da Regência, haveria novas investidas republicanas: Cuiabá em 1834, Belém do Para e Revolução Farroupilha em 1835, São Paulo e Minas em 1842 e dos praieiros de Pernambuco em 1848. Apaziguados estes movimentos, azuis e vermelhos se unem, confraternizam, o parlamentarismo brasileiro na Monarquia era uma escola de estadistas que fazem a grandeza do Império com quase meio século de paz interna, de costumes moralizados, honestidade administrativa, e de projeção diplomática e guerreira exterior.

Isto porém não evita que a 15 de Novembro de 1889 com um golpe militar seja proclamada a República. Não houve um só tiro que pudesse revelar que aquela movimentação de militares se tratava de um golpe e não de um desfile. Se disparos ecoassem (de fato, houve dois, mas ninguém os escutou), talvez aqueles 600 soldados do 1º e do 3º Regimento de Cavalaria e do 9º Batalhão, percebessem que não estavam ali para participar de uma manobra, mas para derrubar um regime. Na verdade, vários militares ali presentes sabiam que estavam participando de uma quartelada, a maioria achando que quem estava caindo era o primeiro-ministro de Ouro Preto, jamais o imperador D. Pedro II, muito menos a monarquia que ele representava. Não é de se estranhar a ignorância dos soldados, afinal, até poucas horas antes, o próprio líder do golpe estava indeciso, mais, enfermo, de cama, e só chegou ao Campo de Santana quando os canhões já apontavam para o quartel. Talvez ele não tenha dado o “Viva o Imperador” que alguns juraram ouvi-lo gritar, mas com certeza impediu que pelo menos um cadete berrasse o “Viva a República”. O maçom Deodoro da Fonseca não a queria, maçons mais experimentados como Rio Branco, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Afonso Pena não a queriam, a esmagadora maioria do povo não a queria. Muitos questionaram sua motivação, o então Presidente da República da Venezuela, Paul Rojas comenta: *“Se há acabado lá única Republica que existia en America: el Império del Brasil”*.

Na questão militar, na questão religiosa, na abolição da escravidão, apontadas como eventos motivadores, a atuação de políticos foi muito mais contundente que a do Imperador. A ideologia muito mais que estes eventos foi determinante. Tito Livio Ferreira não se aprofunda neste tópico e até por isso não iremos além, porém lembremos que ele cita a influencia dos Illuminati como causa principal da Independência e posteriormente da República. É certo que a Maçonaria abrigando monarquistas e republicanos agora dentro da mesma estrutura, participou ativamente do primeiro governo republicano onde todos os ministros eram maçons, mas, haveria alguma organização derivada dos Illuminati que poderia ter influencia nos

eventos que culminaram na Proclamação da República? A resposta pode estar em um depoimento de Carlos Lacerda ao Jornal da Tarde em 28/5/77 onde afirma: “Dos presidentes civis da República Velha, apenas Epitácio Pessoa, não foi da: Bucha”.

“O historiador não é um juiz para proferir julgamentos, para pronunciar sentenças. A missão do historiador não é atacar ou defender personagens históricos, ou situações históricas. Quem faz isso não é historiador. Recebe um nome: panfletário ou demagogo da História. Não merece o nome de historiador. A verdadeira missão do historiador, perplexo diante do imenso drama da História, é tentar explicar os acontecimentos. Compreender e transmitir aos outros a compreensão do passado. E daí a História ser uma ciência explicativa. Diante do complexo drama da História o historiador deve, muito humildemente, compreender e explicar a documentação dos arquivos. Fora daí, ele será apenas intelectual ou escritor literário, a fazer daquilo que merece respeito e compreensão conscienciosa, ensaios de literatura histórico-sociológica, para brilhar em extasiados salões culturais”.

Tito Livio Ferreira

Nota 1: O Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz foi instalado a 2 de junho de 1822 e o príncipe-regente, D. Pedro, que tomara parte na reunião de fundação, foi eleito seu líder, por proposta de José Bonifácio, com o título de Arconte-Rei, tomando posse na reunião seguinte, a 22 de junho. Era uma organização nos moldes da Carbonária européia, cuja atuação Bonifácio bem conhecera, durante os anos em que permaneceu na Europa. O corpo principal da entidade era a Palestra e seus membros também adotavam nomes simbólicos, ou heróicos, como os maçons. Os integrantes do Apostolado, que se tratavam como camaradas, dividiam-se em quatro categorias, que eram, em sentido ascendente: a dos Recrutas, a dos Escudeiros, a dos Cavaleiros e a dos Apóstolos. Os profanos eram chamados de paisanos.

Posteriormente, o Apostolado resolveu se dividir em três Palestras: "Independência ou Morte", "União e Tranqüilidade" e "Firmeza e Lealdade".

Os neófitos prestavam o seguinte juramento:

"Juro aos Santos Evangelhos guardar escrupulosamente os segredos de meu grau, não comunicando a pessoa alguma Paisana, qualquer coisa que, na qualidade de Recruta, me for confiada, nem tão pouco instruir a alguém do sinal da Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, toque, senha e contra-senha correspondente. Juro, finalmente, promover, com todas as minhas forças e a custo da minha vida e fazenda --- a Integridade, Independência e Felicidade do Brasil, como Império constitucional, opondo-me tanto ao despotismo que o altera, como à anarquia que o dissolve. Assim Deus me ajude".(CASTELLANI "Fatos da Independência do Brasil – O Apostolado")

Nota 2: Em 28 de maio de 1822 os maçons da Loja Comercio e Artes a tornaram independente do Grande Oriente do Reino, instalando o Grande Oriente do Brasil em 17 de junho de 1822 (A Maçonaria no Brasil Imperial – D. João Evangelista Martins Terra).

Nota 3: O calendário gregoriano-maçônico determina que o ano maçônico tem início a 21 de março no equinócio, e não na primeira lua nova após o equinócio, como reza a tradição judaica, e a duração dos meses maçônicos são iguais às dos meses correspondentes do calendário gregoriano. Por esta fórmula o 20º dia do sexto mês do calendário maçônico corresponde a 9 de Setembro.

O historiador Helio Viana comenta a existência de papéis maçônicos pertencentes a D. Pedro I onde consta um calendário completo manuscrito que certamente seria usado no Brasil na época. Neste calendário o ano maçônico teria início não a 21, nem a 1 de março mas a 24 deste mês (Museu Imperial de Petrópolis, catálogo B, de manuscritos sem Data, maço XIII doc. 589, inventário de Alberto Rangel). Neste caso o 20º dia do sexto mês do calendário maçônico corresponda a 12 de Setembro.

Em 1843 foi publicado em Paris uma "Histoire pittoresque de la Franc-Massonnerie" de autoria de F.T.B. Clavel onde na página 137 cita: "Na época da instalação do Império Brasileiro a Maçonaria tinha já várias Lojas em funcionamento neste País (Brasil). Um Grande Oriente formou-se pouco depois. D. Pedro I recebido maçom em 5 de Agosto de 1822, foi eleito grão mestre dele a 22 de setembro do mesmo ano". A data maçônica que consta na ata de admissão de D. Pedro, e "13 do 5º mês" que corresponde a 5 de agosto caso adotado o início do ano em 24 de março.

Nota 4: Ratcliff ligado ao Ministro Silva Carvalho entusiasta da política das Cortes, foi obrigado a deixar Portugal em consequência da contra-revolução (Vila-francada). Dirigiu-se a Pernambuco, e aí adotou a causa dos revolucionários separatistas. Muitos Historiadores que adotaram a tese de recolonização de José Bonifácio estranham esta postura adotada por um antigo partidário das políticas das Cortes em vir juntar-se a revolucionários republicanos.

Nota 5: Em 1533 Martim Afonso de Sousa sugere a D. João III a transferência da sede do governo Português para o Brasil, por volta de 1644, o padre Antonio Vieira faz idêntica recomendação a D. João IV. O Marquês de Pombal chega ater a esquadra pronta em 1762 para transferir a corte para o Brasil. Pombal inclusive tinha um plano: propor a Espanha a troca de seus terras na América pelo território Português e transferir toda a população portuguesa (ref.1, I, pag.105)

Nota 6: Texto sobre Benjamin Constant com referência a fundação do Grande Oriente e Apostolado: No que tange à sua condição de maçom, embora não se saiba ao certo quando nem onde tenha sido iniciado, existem, todavia, indícios de que ele tenha sido membro do Grande Oriente Unido, dissidência do Grande Oriente do Brasil, liderada por Joaquim Saldanha Marinho, surgida em 1863 (como Grande Oriente do Brasil da Rua dos Beneditinos) e absorvida pelo GOB, em 1883. Quintino Bocaiuva – certamente Maçom – ao se referir a ele, após a sua morte, dizia que Benjamin, "em relação ao positivismo, sempre pensou como em 1882, quando se retirou do Apostolado". O Apostolado, evidentemente, não existia mais, pois fora criado por José Bonifácio, a 2 de junho de 1822, coexistindo com o Grande Oriente Brasílico (fundado a 17 de junho de 1822) e sendo fechado pelo imperador D. Pedro I, em 1823. Mas o Grande Oriente Unido, de Saldanha Marinho, era, na época de sua existência, chamado de "Apostolado", o que faz crer que Benjamin pertenceu a ele e se afastou, desgostoso com a política maçônica (CASTELLANI, 2003, p. 21).